

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DESAFIOS PARA O PROFESSOR

Rayllândya Rayana da Silva¹

Rosilene do Rosário²

RESUMO

O tema apresentado foi escolhido por ser um assunto de grande importância na jornada do professor como docente na Educação de Jovens e Adultos. São diversos desafios que os educadores da EJA enfrentam como a falta de material didático e evasão escolar. A evasão é uma realidade bastante presente no âmbito escolar, pois muitos enfrentam uma jornada de trabalho bem cansativa e com isso quase não comparecem as aulas com frequência. Assim, a relevância desse tema está no sentido de avaliar a necessidade não só de debater e compreender esses desafios, como também elaborar ações que possam ser desenvolvidas junto com os alunos, professores, e escola de modo mais amplo, a fim de combater essa evasão favorecendo assim o trabalho do professor e a aprendizagem do educando. Para tanto, o objetivo principal desta pesquisa é conhecer alguns dos desafios encontrados pelos professores que trabalham no processo de ensino aprendizagem da modalidade EJA destacando o fato de que o educador precisa procurar meios alternativos de desenvolver sua prática docente. Nesta perspectiva, a formação continuada surge como excelente recurso e/ou estratégia para ampliar e gerar novos conhecimentos. Para estrutura desta pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica descritiva.

Palavras-chave: Professor; EJA; Evasão.

RESUMEN

El tema presentado fue escogido por ser un asunto de gran importancia en la jornada del profesor como docente en la Educación de Jóvenes y Adultos. Son diversos desafíos que los educadores de la EJA enfrentan como la falta de material didáctico y la evasión escolar. La evasión es una realidad bastante presente en el ámbito escolar, pues muchos se enfrentan a una jornada de trabajo muy agotadora y con eso casi no asisten las clases con frecuencia. Así, la relevancia de este tema está en el sentido de evaluar la necesidad no sólo de debatir y comprender esos desafíos, como también elaborar acciones que puedan ser desarrolladas junto con los alumnos, profesores, y la escuela de modo más amplio, a fin de combatir esa evasión favoreciendo así el trabajo del profesor y el aprendizaje del educando. Para ello, el objetivo principal de esta investigación es conocer algunos de los desafíos encontrados por los profesores que trabajan en el proceso de enseñanza aprendizaje de la modalidad EJA destacando el hecho de que el educador necesita buscar medios alternativos de desarrollar su práctica docente. En esta perspectiva, la formación continuada surge como un excelente recurso y / o estrategia para ampliar y generar nuevos conocimientos. Para la estructura de esta investigación se utilizó la investigación bibliográfica descriptiva.

Palabras clave: Profesor; EJA; La evasión.

¹Licenciada em Licenciatura Plena em Pedagogia. Email para contato: ray_sohya@hotmail.com.

²Licenciada em Licenciatura Plena em Pedagogia. Email para contato:

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um pré-projeto fundamentado em inquietações que surgiram através de observações realizadas no decorrer do curso de pós-graduação onde foi constatada a deficiência na formação e práxis dos docentes que lecionam na Educação de Jovens e Adultos. Partiu-se assim, da problemática dada: principais desafios que os professores da modalidade EJA enfrentam na sua prática docente.

O tema apresentado foi escolhido por ser um assunto de grande importância na jornada do professor como docente na educação de Jovens e adultos.

Com isso, tem causado grande preocupação no meio educacional, pois ainda não dispõe de subsídios para lidar com tal situação. São diversos desafios que os educadores da EJA enfrentam como a falta de material didático e evasão escolar. A evasão é uma realidade bastante presente no âmbito escolar, pois muitos enfrentam uma jornada de trabalho bem cansativa e com isso quase não comparecem as aulas com frequência.

A presença de alunos com liberdade assistida tem tornado cada vez mais difícil o trabalho do professor, que tem buscado melhorias no processo de ensino e aprendizagem, pois sofrem com a baixa auto-estima e a retratação social que precisa de uma abordagem sofisticada e interdisciplinar, na hora de pensar e levar adiante processos formativos nesse âmbito.

Assim, a relevância desse tema está no sentido de avaliar a necessidade não só de debater e compreender esses desafios, como também elaborar ações que possam ser desenvolvidas junto com os alunos, professores, e escola de modo mais amplo, a fim de combater essa evasão tornando assim mais fácil o trabalho do professor e a aprendizagem do educando.

Para tanto, foi definido como objetivo principal desta pesquisa conhecer alguns dos desafios encontrados pelos professores que trabalham no processo de ensino aprendizagem da modalidade EJA.

Desta forma, destacam-se como objetivos específicos: I- Identificar as formas de desafios recorrentes da prática docente na modalidade EJA; II- Apontar os caminhos utilizados pelos professores para driblar os desafios encontrados no processo de ensino aprendizagem dos jovens e adultos; e III- Demonstrar o interesse dos professores em tentar buscar alternativas para romper os desafios encontrados na sua prática docente.

2. BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Pode-se dizer que o surgimento da EJA – Educação de Jovens e Adultos – no Brasil, não ocorreu desde o início do período de colonização, mas, que veio logo após a Educação Jesuítica, caracterizada como um sistema forte e resistente e que tinha por objetivo catequizar os povos indígenas mantendo assim a hierarquia da igreja Católica.

Inicialmente a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. LOPES & SOUSA (2012., p. 3).

Através da Constituição de 1934 criou-se o Plano Nacional de Educação que tornou gratuita a oferta do ensino primário integral para adultos garantindo, pela primeira vez, a educação de adultos como dever do Estado. Entretanto, foi apenas durante os anos 40, que a EJA veio ganhar forma sendo reconhecida sua importância para a educação brasileira. Assim, conforme destacam Lopes & Sousa (2012., p. 4) surgiram algumas iniciativas políticas e pedagógicas, tais como, a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP (1942); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros, firmando a educação de adultos como uma questão nacional, visto que no Brasil, este período foi marcado pela alarmante taxa de analfabetismo o que para a sociedade da época simbolizava grande causa de pobreza e marginalização.

Segundo Strelhow (2010, p. 51) a Reforma Leôncio de Carvalho (1879) caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente. Essa idéia é corroborada pela Lei Saraiva (1881) que restringiu o direito do voto às pessoas alfabetizadas. Em 1882, Rui Barbosa faz referência à pessoas analfabetas, assemelhando-as à crianças, de modo que são incapazes de pensar por si próprios. Deste modo, instala-se no país uma grande onda de preconceito e exclusão da pessoa analfabeta.

Gadotti (2008. p, 39) faz crítica a essa comparação assinalando a que o aluno adulto não pode ser tratado como uma criança, ser imaturo, cuja história de vida apenas começa. Pois o aluno adulto tem necessidades diferenciadas e necessita ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Entretanto, apresenta um perfil temeroso, pois, sente-se ameaçado, necessitando, ainda, receber estímulos, criar auto-estima, visto que sua “ignorância” lhe traz tensão, angústia, complexos de inferioridade.

Após o fim do Estado Novo, o país passou por um processo de redemocratização e com isso, surgiu a necessidade de aumento da quantidade de eleitores. Considerando que pessoas analfabetas não tinham direito de votar e nem mesmo de serem votadas.

Nesse sentido, o primeiro projeto lançado pelo governo foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, dirigida principalmente ao meio rural. Essa campanha previa a alfabetização do educando em três meses, além da conclusão do curso primário num prazo bem menor que o convencional. A educação era considerada unilateral e tinha o professor como transmissor de conhecimento. O educador, que era voluntário ou mal remunerado, seria o único sujeito deste processo. CRUZ ET. AL. (2012, s. p.).

Conforme Cruz et. Al. (2012, s.p.) os resultados dessa campanha foram insatisfatórios causando muitas críticas e a necessidade da qualificação dos professores e da adequação do programa, do material didático e dos métodos de ensino adotados para atender à EJA. Surge assim, a Pedagogia de Paulo Freire ao final dos anos 50, que considerava que o educando deveria ser agente ativo do seu processo educativo, considerando sua vivência e sua própria realidade. Assim, Freire tornou-se encarregado de desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, mas, sofreu exílio após o golpe militar (1964). Criou-se então, o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização – que tratava-se de um programa assistencialista e conservador que tinha por objetivo alfabetizar pessoas de 15 a 30 anos de idade apenas de forma funcional, ou seja, sem apropriação da leitura e da escrita e promover uma formação continuada.

[...] Com o Militarismo, os programas que visavam a constituição de uma transformação social foram abruptamente interrompidos com apreensão de materiais, detenção e exílio de seus dirigentes. Retoma-se, nessa época, a educação como modo de homogeneização e controle das pessoas. (STRELHOW , 2010, p.54).

Cruz et. Al. (2012, s.p.) afirmam que apesar da LDB de 1971 limitar o dever do Estado em oferecer ensino a crianças de 7 a 14 anos, reconhecia a educação de adultos como um direito de cidadania. Em 1974, foi então implantado o Centro de Estudos Supletivos – CES – que possibilitava a oportunidade de uma certificação rápida, mas de forma superficial, através de um ensino tecnicista e autoinstrucional.

Strelhow (2010, p.55) a nova constituição de 1988 possibilitou o acesso à educação de forma universal, sendo reforçada pela Lei nº 9394/96 (de 20 de dezembro de 1996) – LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fazendo com que o Plano Nacional de Educação fosse elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, constituindo, ainda, a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino por meio da Resolução CNB/CEB Nº 1 (de 5 de julho de 2000). Esta Resolução além de estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, fomentou o direito a jovens e adultos à educação adequada e que atendessem às suas necessidades peculiares de estudo. Assim, ficou responsabilidade do poder público o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos.

Conforme explicam Cruz et. Al. (2012, s.p.) a década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da alfabetização de adultos. Além disso, a Constituição de 1988 assegurou a garantia do Ensino Fundamental gratuito e obrigatório para todos.

De fato, o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil sempre sofreu e continua sofrendo com as influências e transformações políticas, culturais e sociais existentes. Num período mais recente Strelhow (2010, p.56) destaca o Programa Brasil Alfabetizado lançado pelo governo federal no ano de 2003 e que atuou sobre 20 milhões de pessoas com o intuito de erradicar o analfabetismo em 4 anos. Entretanto, no ano seguinte, após a troca do Ministro da Educação, tal meta foi retirada, ampliando a duração dos projetos de alfabetização em 2 meses, de 4 meses para 8 meses. A reformulação do programa resultou na alta taxa de pessoas que não têm o domínio sobre a leitura, a escrita e as operações básicas de matemática, em meado século XXI.

3. DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Os educadores da EJA enfrentam inúmeros desafios no dia-a-dia da sua prática docente, como a falta de materiais didáticos específicos e adequados, a baixa motivação dos jovens e adultos e pôr fim a evasão escolar. Assim sendo, os educadores mesmo tendo que se deparar com essas situações e muitas outras, acabam buscando caminhos distintos no intuito de melhorar o processo de ensino aprendizagem dos educandos, criando situações específicas para cada circunstância apresentada a ele no âmbito escolar.

Mesmo com receios e dificuldades enfrentadas pelos educadores frente sua prática pedagógica, Freire (1982) ressalta que a verdadeira capacidade de ensinar vai se ampliando com a prática docente, ou seja, por meio da constante busca pelo aperfeiçoamento.

A dificuldade dos alunos em frequentar a escola é um dos desafios que deve ser levado em consideração, tendo em vista a realidade diária desse educando, como problemas no trabalho, na família e até mesmo de cunho pessoal. Dessa forma, pode-se ter uma ideia da dificuldade de se permanecer na escola. Di Pierro (2010) explica essa dificuldade enfrentada pelos jovens e adultos em permanecer na escola.

Os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não acorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo o seu tempo e energia: seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola: a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos vinculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está prejudicada por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais. (DI PIERRO, p.35, 2010)

Outro desafio encontrado pelo professor em sala de aula é no que diz respeito a leitura e escrita, muitos alunos que saíram do ensino fundamental, chegaram no ensino médio com muitas dificuldades em leitura e escrita, não conseguindo sequer discutir o assunto, não sabendo o básico sobre o tema apresentado pelo professor. A respeito dessa questão, Carrano (2008, p.160) explica:

[...] a dificuldade de lidar com a diversidade parece algo congênito na constituição da ideia de escolarização. A homogeneidade ainda é muito mais desejável à cultura escolar do que a noção de heterogeneidade, seja ela de faixa etária, de gênero, de classe, de cultura regional ou étnica.

A presença de alunos com liberdade assistida, que vão para a escola porque o juiz determina, também é um desafio para o professor, na maioria dos casos, o aluno se recusa a estudar, principalmente quando encontra pessoas de outras faixas etárias, o que dificulta sua inclusão no grupo. A educação de educandos com liberdade assistida é hoje, uma realidade dentro da modalidade EJA, que exige uma postura diferenciada do educador. Sobre essa realidade, Scarfó (2009, p.121) argumenta:

[...] a baixo auto estima, a pouca motivação, a retração emocional, o isolamento, as atitudes e expectativas reduzidas no presente e marcadas pelo passado, geram nas pessoas presas um certo grau de vulnerabilidade social que precisa de uma abordagem sofisticada e interdisciplinar, na hora de pensar e levar adiante processos formativos nesse âmbito.

A realidade diferenciada desse educando faz com que o educador crie melhores condições para que o processo de aprendizagem ocorra de forma positiva. Scarfó (2009, p.130) relata que:

[...] alcançar uma educação de qualidade, concebida como um direito humano indispensável, que obrigue o estado a oferecer padrões de qualidade iguais a educação fora da prisão. É indispensável fortalecer a educação formal, já que cabe a ela outorgar certificação e, portanto, melhorar as possibilidades e oportunidades presentes e futuras das pessoas presas, fazendo da igualdade declarativa ou formal uma igualdade substantiva.

Outra realidade encontrada na escola diz respeito a juvenilização que tem tomado conta do turno noturno e que trouxe para a sala de aula a falta de limites, a rebeldia, agressividade e a falta de respeito. Nesse caso específico, a secretaria de educação, deveria oferecer condições e formações continuadas para dar a sustentação a escola. Sobre esta questão, Brunel (2004), explica que o rejuvenescimento da população que frequenta a EJA é um fato, já que o número de jovens e adolescentes nessa modalidade de ensino cresce a cada ano.

A realidade apresentada, de alguma forma nos leva a pensar a respeito da realidade atual, mostrando-nos que o diálogo é a melhor forma de nos posicionarmos diante de situações diversas, aprendendo a lidar de forma que favoreça o processo de ensino com a presença desses jovens. Segundo Carrano (2008, p. 155-156),

[...] a escola impõe-se o desafio de derrubar os muitos muros materiais e simbólicos que foram construídos ao longo da história e que, em última instância são os principais responsáveis pelas interferências na comunicação entre os jovens alunos, seus colegas mais idosos e seus professores.

A falta de material didático específico, uma matriz curricular que atenda a realidade desses educandos, a falta de apoio e incentivo por parte das secretarias de educação, contribui para a evasão escolar.

O longo tempo que alguns educandos passam fora da escola, cria certa resistência para lidar com o novo, fazendo crescer a baixa autoestima. Oliveira (2007, p.66) explica:

A exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal em razão de aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos e muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classe de crianças, tornando-se inseguros quanto a sua própria capacidade para aprender.

O aluno vive uma situação de repleta insegurança, desconforto, o que deixa sua autoestima abalada o que dificulta sua capacidade de aprender. Muitos acabam se isolando ou até mesmo desistindo no meio do caminho por falta de um incentivo maior por parte da família e até mesmo pelos próprios colegas de sala.

Amaro (2008) aponta que a educação da década de 60 do século passado continua atual no que se refere a exclusão, miséria, desemprego, luta pela vida nos dias atuais, pois a realidade vivida pelos jovens e adultos continua sendo excludente, segundo ele,

[...] quanto menos institucionalizada for a EJA nas modalidades das etapas de ensino maior poderá ser sua liberdade de avançar no movimento pedagógico e de contribuir para um diálogo fecundo com essa modalidade de ensino, até para enriquecer e impulsionar para se reencontrar como modalidade de educação e formação básica. (ARROYO, 2008, p.225).

Um grande desafio encontrado pelos professores da EJA é justamente o de conseguir motivar esses jovens e adultos fazer com que eles se sintam capazes de conseguir a habilidade de que precisam para se tornar responsáveis pelo seu próprio ritmo.

Alguns educadores falam também a respeito da falta de espaço para discussão de uma proposta pedagógica própria para esse público, necessitando de um tratamento diferenciado.

Portanto, não basta apenas dizer os desafios enfrentados, mais como passar por eles de maneira que possibilite o aprendizado e desenvolvimento do aluno da EJA.

É preciso acima de tudo incorporar esses alunos para que não se percam no caminho, mesmo que para isso o professor tenha que mudar em cima da hora seu planejamento. É preciso respeitar o ritmo de cada aluno, respeitar a diversidade sexual, religiosa, criando um ambiente de respeito entre os educandos.

Segundo Gadotti (2008, p.39) o professor enquanto alfabetizador não alfabetiza o aluno. É necessário ter a clareza de que ele é o mediador entre o aprendiz e a escrita, ou seja, entre o sujeito e o objeto deste processo de apropriação do conhecimento e que para que essa mediação aconteça de fato, precisa conhecer o sujeito e o objeto da alfabetização.

O educador precisa procurar meios alternativos de trabalhar com o público do EJA, mesmo que tenha que adaptar os alunos e inovar suas práticas. É possível nesse processo, consultar colegas de trabalho e trocar experiências buscando soluções possíveis de serem empregadas e encontrar caminhos de superação dos problemas enfrentados. A internet também é um recurso indispensável para enfrentar as diversas dificuldades pois é uma ferramenta que acrescenta variedade ao trabalho do educador.

Nesta perspectiva, a formação continuada surge como excelente recurso e/ou estratégia para ampliar e gerar novos conhecimentos que favorecerão à prática docente, sendo que os professores são considerados agentes de transformação social. Portanto, devem estar habilitados e qualificados de modo que possam desenvolver, na sua prática cotidiana, atividades que cumpram as finalidades da educação básica.

Falsarella (2004, p. 50) entende a formação continuada dos professores como uma proposta intencional e planejada, cujo objetivo está na promoção da mudança do educador através de um processo reflexivo, crítico e criativo, devendo motivá-lo a ser ativo agente na pesquisa de sua própria prática pedagógica, produzindo conhecimento e intervindo na realidade.

4.METODOLOGIA

Para estrutura desta pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicada por meios escritos e eletrônicos, como livros artigos científicos, páginas de web e sites. Gil (2010)

afirma que toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho caracterizado como pesquisa bibliográfica.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p.32).)

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Esta pesquisa também refere-se a um estudo descritivo, pois, segundo Triviños (1987).exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, descrevendo fatos e fenômenos de determinada realidade

Triviños (1987, p. 112) pontua ainda que, os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Assim, estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Além disso, pode não existir por parte do investigador um exame crítico das informações, de modo que os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão.

Para melhor estruturação da pesquisa, inicialmente foi realizada a escolha e delimitação o tema abordado. Em seguida, foi realizada a coleta e seleção de dados encontrados em 10 artigos pesquisados via internet, dos quais, apenas quatro foram utilizados para fundamentação teórica deste trabalho. Foi realizado assim, o levantamento bibliográfico e a revisão da pesquisa.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Procurou-se perceber se a prática do docente da EJA facilita a aquisição do processo ensino aprendizagem dos educandos avaliando a percepção social realizada em torno do atual contexto educativo. Em um primeiro momento buscou-se tratar sobre momentos históricos que permearam a construção da Educação de

Jovens e Adultos no Brasil e no segundo momento pretendeu-se destacar as principais dificuldades que os educadores da EJA vêm enfrentando nos últimos tempos, avaliando ainda, metodologias utilizadas que possam ou não contribuir para a aquisição do conhecimento por parte dos discentes.

De acordo com os dados coletados durante a realização da pesquisa é possível verificar a contribuição da formação continuada docente. De forma que, o docente deve ter uma prática de trabalho educativa que busque inovar e tornar interessante o conteúdo aplicado, e fazer isso sem sair do foco direcional de cada disciplina.

De acordo com Libâneo (1994) o trabalho do docente é uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade. Para compreender a importância do ensino na forma humana é preciso considerá-lo no conjunto das tarefas educativas exigidas para a vida em sociedade.

Assim, para que professor possa assumir seu papel de mediador é necessário estabelecer a conexão entre o conteúdo e a realidade dos discentes, rompendo com as barreiras e paradigmas enraizados por séculos na sociedade, incentivando seus alunos e buscando administrar aulas significativas em prol da construção do conhecimento coletivo por meio, inclusive, do diálogo.

Gadotti (2008. p,39):afirma que por longa data a andragogia nos tem ensinado que a realidade do adulto é diferente da criança, mas que ainda assim, esse princípio não foi incorporado de maneira adequada nas metodologias utilizadas, as que realmente possam condizer com a realidade dos alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tem por finalidade expandir a compreensão com relação à necessidade e eficácia da Educação de Jovens e Adultos de forma a analisar processos de alfabetização, procurando identificar as metodologias utilizadas e investigando a eficácia das propostas de alfabetização. Além disso, faz-se necessário, ainda, conhecer os aspectos interculturais dos alunos identificando anseios existentes em torno da dada inserção social e a relevância desse processo aos programas de Educação Popular.

De fato, a trajetória histórica da EJA é marcada por inúmeras ações descontínuas estabelecidas por diversos programas, e muitas vezes, esteve desvinculada do processo de escolarização. Acontecendo não apenas em espaços

formais, mas também em espaços não formais, como por exemplo, embaixo de uma árvore, ao ar livre, no campo ou mesmo em qualquer lugar que se pudesse explorar, compartilhar e expandir conhecimentos. Ou ao menos, que se pretendesse fazer isso.

Esteve sempre acompanhada por vários fatos históricos que expressaram desigualdades sociais desde o período de colonização, onde o povo sem “conhecimento” já se fazia alienado.

Sabe-se que até em 1910 o direito de ler e escrever era negado a quase 11 milhões de pessoas com mais de 15 anos e que somente em 1945 a Educação de Jovens e Adultos se tornou oficial por meio da aprovação do decreto 19.513, de 25 de agosto de 1945.

Muitas Campanhas de formação agrícola e de erradicação do analfabetismo foram criadas como o CNER e o CNEA. Mas, foi o Art. 2º da LDB 4024/12 de 1961 que tratou a educação como direito de todos, tendo que ser dada no lar bem como na escola.

Foram criados também movimentos e centros populares de conscientização sob perspectiva freireana. Mas, houve grande perseguição e repressão a esses movimentos durante o início do Governo Militar, originando a necessidade de mão de obra para o Estado e atenuando a Educação de Jovens e Adultos voltada para a alfabetização funcional devido aos interesses de votos.

Após o surgimento da LDB nº5692 (11 de agosto de 1971) ocorreu a legalização do ensino supletivo. Logo em seguida, ocorreu o fim do regime militar. E nos anos 90 o desafio da metodologia criativa caracterizava-se pela universalização do ensino fundamental de qualidade, tendo em vista o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, o que traçou o surgimento da Nova LDB (Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996).

Atualmente, cabe aos educadores e a todos os envolvidos no processo educativo, sobretudo no que tange a alfabetização de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade certa se questionar se nos tempos atuais a educação escolar está representando um direito ou uma ideologia e se a didática utilizada na EJA está apropriada aos discentes favorecendo dar-lhes reais condições de cidadania e oportunidade, bem como condições de vida e de

trabalho. Pois, o processo de alfabetização desenvolvido pela EJA não deve ser entendido apenas como um simples processo de ensino-aprendizagem, mas, como a construção de uma perspectiva de mudança.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei n. 9394/96). Brasília. 1996.

COELHO, Flavia. Disponível em :<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/revista.htm> – MOTRIZ – Revista de Educação Física-UNESP. Acesso 23 de Maio de 2014.

CRUZ Et. Al. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas**. 2012. Disponível em: << <http://www.tiberiogeo.com.br/texto/AEducacaoJovensAdultosBrasil.pdf>>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula: Os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação .Explicação das Normas da ABNT**. 16ª ed. Porto Alegre: S.N., 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. UAB/UFRGS, SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: << <http://www.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>>. Acesso em 02 mar. 2019.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LOPES, Selva Paraguassu & SOUSA, Luzia Silva. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?**. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Asus/Downloads/EJA-UMAEDUCAOPOSSVELOUMERAUTOPIA.pdf >>. Acesso em: 27 fev. 2019.

LOURENÇO FILHO. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Brasília-DF Inep/MEC 2001.

NUNES C. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira.** Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em 10 de Março de 2014.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

Disponível em:

<<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>
>>. Acesso em: 27 fev. 2019.